ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 15

CAPÍTULO I
APROXIMAÇÃO AO DIREITO DAS SOCIEDADES PORTUGUÊS 17
1. O relevo das sociedades 17
2. Experiência portuguesa anterior aos Códigos do século XIX 20
3. Código das Sociedades Comerciais e autonomização formal do direito das sociedades 32
4. As sociedades abertas e os Códigos sobre valores mobiliários 36
5. *Soft law* e hibridismo das fontes aplicáveis às sociedades 39
6. O *Brexit* e os impactos no futuro do direito das sociedades 46

CAPÍTULO II
CARATERIZAÇÃO DA SOCIEDADE E CONFRONTO COM FIGURAS AFINS 49
1. Sociedade ato/sociedade entidade 49
2. Confronto entre contrato de sociedade e acordo parassocial 53
3. Sociedades comerciais 59
   3.1. Caraterização geral 59
   3.2. Princípio da taxatividade dos tipos societários 61
      3.2.1. *Responsabilidade dos sócios pelas dívidas da sociedade* 65
      3.2.2. *Transmissão das participações sociais* 68
      3.2.3. *Estrutura organizatória* 71
      3.2.4. *Capital social* 72
      3.2.5. *Número de sócios* 73

4. Emergência de novos tipos societários? 74
5. Sociedade civil em forma comercial 80
6. Sociedade civil simples 81
7. Outras distinções relevantes 82
7.1. Sociedades abertas e sociedades fechadas 82
7.2. Sociedades de capital fixo e sociedades de capital variável (organismos de investimento coletivo sob forma societária) 85
7.3. Sociedades cotadas e sociedades não cotadas 86
7.4. Sociedade e empresa 88
7.5. Sociedades familiares e pequenas e médias empresas 89
7.6. Sociedades e *startup* 91
7.7. Sociedades e entidades públicas empresariais 94
7.8. Sociedade e cooperativa 95
7.9. Sociedade e consórcio 97
7.10. Sociedades, agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico 98

CAPÍTULO III
CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADES COMERCIAIS E CIVIS EM FORMA COMERCIAL 101
1. Razões para constituir sociedade(s) 101
2. Diversidade de atos constituintes de sociedades comerciais e civis em forma comercial 102
2.1. O contrato de sociedade 102
2.2. Negócio jurídico unilateral 103
2.3. Sentença homologatória de plano de insolvência 106
2.4. Constituição de sociedade anónima com apelo a subscrição pública 107
2.5. Criação de sociedade através de ato legislativo 108
3. Variedade de processos de constituição de sociedades 108
4. Processo tradicional ou normal 109
4.1. Conteúdo do ato constituinte inicial 110
4.1.1. *Identidade dos sócios e de beneficiário(s) efetivo(s)* 110
4.1.2. *Tipo de sociedade* 111
4.1.3. *Firma da sociedade* 111
4.1.4. *Objeto social* 113
4.1.5. *Sede da sociedade* 113
4.1.6. *Capital social* 114
4.1.7. *Participação social* 116

4.1.8. *Cláusulas relativas às entradas dos sócios* 117
4.1.9. *Encerramento do exercício anual* 119
4.1.10. *Menções específicas de cada tipo societário* 120
4.1.11. *Outras menções* 121
4.2. Forma do ato constituinte 121
4.3. Registo definitivo 123
4.4. Publicação obrigatória 125
5. Os regimes especiais de constituição de sociedades por quotas e anónimas 126
5.1. Regime especial de constituição imediata de sociedades por quotas e anónimas — a "empresa na hora" 126
5.2. Regime especial de constituição *online* de sociedades 129
6. Reestruturação empresarial e constituição de sociedades 131
6.1. A constituição de sociedade nova 131
6.2. Fusão por constituição de nova sociedade 133
6.3. Cisão e constituição de nova(s) sociedade(s) 133
6.4. Transformação extintiva 134
6.5. Outorgantes do ato constituinte de sociedade nova e número mínimo de sócios 136
6.6. Forma do ato constituinte da nova sociedade; registo 137
7. Regime das relações dos sócios com terceiros antes da celebração do contrato de sociedade 138
8. Regime das relações da sociedade com terceiros no período compreendido entre a celebração do contrato de sociedade e o registo definitivo 140
9. Regime das relações entre os sócios antes do registo 143
10. Invalidades do contrato social 143
10.1. Vícios do contrato no período anterior ao registo definitivo do contrato 143
10.2. Invalidades depois do registo 144
10.3. Vícios das declarações singulares dos contraentes e invalidade do contrato 146
10.3.1. *Antes do registo* 146
10.3.2. *Depois do registo* 147
10.4. Consequências da invalidade total do contrato 149

CAPÍTULO IV
PERSONALIDADE E CAPACIDADE JURÍDICA DAS SOCIEDADES 151
1. Personalidade jurídica 151
1.1. Sentido de personalidade jurídica 151
1.2. Efeitos da personalidade jurídica 155

2. Desconsideração da personalidade jurídica 157
2.1. Caraterização geral 157
2.2. Controvérsia na categorização dos grupos de casos 161
3. Capacidade de gozo de direitos 165
3.1. O princípio da especialidade do fim (lucrativo) 165
3.2. Liberalidades da sociedade 169
3.3. Prestação de garantias a dívidas de outras entidades 172
4. Capacidade de gozo para as obrigações resultantes de responsabilidade civil 174
5. A capacidade de exercício de direitos — a representação da sociedade (remissão) 176

CAPÍTULO V
PARTICIPAÇÃO SOCIAL 177
1. Noção de participação social 177
2. Partes sociais, quotas e ações 182
3. Modalidades de ações 184
3.1. Ações nominativas e proibição de ações ao portador 184
3.2. Ações escriturais e ações tituladas 185
3.3. Ações ordinárias e ações especiais 186
3.4. Ações com valor nominal e ações sem valor nominal 188
4. Principais direitos do sócio 189
4.1. O direito a quinhoar nos lucros 189
4.2. O direito a participar nas deliberações dos sócios *(remissão)* 196
4.3. Direito a obter informações sobre a vida da sociedade 196
4.4. A ser designado para os órgãos de administração e de fiscalização da sociedade *(remissão)* 199
5. Obrigações do sócio 200
5.1. Obrigação de entrada 200
5.1.1. *Noção* 200
5.1.2. *Entradas em indústria, em dinheiro e em bens diferentes de dinheiro* 202
5.1.3. *Tempo das entradas* 206
5.1.4. *Garantias de cumprimento da obrigação de entrada* 209
5.2. Participação nas perdas 211

CAPÍTULO VI
CAPITAL SOCIAL E RESERVAS 215
1. Capital social nominal — uma figura contestada 215
2. Capital social e património social 217

3. Capital social e investimento colaborativo (crowdfunding) 222
4. Fixação legal de capital social mínimo 225
5. Funções do capital social 229
5.1. Função de financiamento da sociedade 229
5.2. Função de organização 230
5.3. Função de garantia dos credores da sociedade 231
5.4. Função de avaliação económica da sociedade 233
6. Alterações estatutárias relativas ao capital social 233
6.1. As operações de aumento do capital social 233
6.2. Redução do capital social 236
7. As reservas 241
7.1. Noção e modalidades de reservas 241
7.2. Reserva legal 242
7.3. Reserva estatutária 243
7.4. Reserva livre 244
7.5. Reserva oculta 244

CAPÍTULO VII
DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS 247
1. Noção de deliberação 247
2. Competência deliberativa dos sócios 249
2.1. Sociedade em nome coletivo 249
2.2. Sociedade por quotas 249
2.3. Sociedade anónima 250
3. Formas de deliberação 252
3.1. Generalidades 252
3.2. Deliberações unânimes por escrito 253
3.3. Deliberações tomadas em assembleia universal 255
3.4. Deliberações por voto escrito 257
3.5. Deliberações tomadas em assembleia geral convocada — sociedade anónima 258
3.5.1. *Convocatória* 258
3.5.2. *Participação na assembleia geral* 262
3.5.3. *Quórum constitutivo* 268
3.6. Deliberações tomadas em assembleia geral convocada — sociedade por quotas 270
3.7. Deliberações tomadas em assembleia geral convocada — sociedade em nome coletivo 272

3.8. Deliberações tomadas em assembleia geral convocada — sociedades em comandita simples e em comandita por ações 273
4. O voto e a votação 274
4.1. Critérios de atribuição de votos 274
4.2. Formas de voto 276
4.3. Quórum deliberativo 277
5. Deliberações ineficazes e inválidas 278
5.1. Deliberações ineficazes 279
5.2. Deliberações inválidas 280
5.2.1. *Generalidades* 280
5.2.2. *Deliberações nulas por vício de conteúdo e de procedimento* 281
5.2.3. *Deliberações anuláveis* 283
6. Aspetos processuais 285

CAPÍTULO VIII
GOVERNAÇÃO DAS SOCIEDADES 289
1. Sentido(s) jurídico(s) e principais problemas 289
2. Direito a ser designado para os órgãos de administração e de fiscalização 295
3. Administrador — pluralidade de sentidos 297
4. Estrutura organizatória — sociedade em nome coletivo 301
5. Estrutura organizatória — sociedade por quotas 302
6. Estrutura organizatória — sociedade anónima 308
6.1. Generalidades 308
6.2. Composição do conselho de administração e do conselho de administração executivo 309
6.3. Administração e representação da sociedade anónima 314
6.4. Duração do mandato e remuneração dos administradores 317
6.5. Cessação de funções de administrador 318
6.6. A fiscalização da sociedade anónima 320
6.6.1. *Generalidades* 320
6.6.2. *Fiscal único e conselho fiscal* 321
6.6.3. *Comissão de auditoria e revisor oficial de contas* 324
6.6.4. *Conselho geral e de supervisão e revisor oficial de contas* 326
7. Sociedade em comandita simples e sociedade em comandita por ações 328
8. Secretário da sociedade 329
9. *Compliance* e estrutura organizatória 330
10. Os deveres de cuidado e de lealdade dos administradores 334

11. Responsabilidade civil dos administradores 341
11.1. Generalidades 341
11.2. Responsabilidade civil para com a sociedade 342
11.3. Responsabilidade civil para com os credores sociais 343
11.4. Responsabilidade perante sócios e terceiros 345
12. Tribunal competente 346
13. A proteção dos administradores — *business judgement rule, reembolso societário e D&O Insurance* 348

CAPÍTULO IX
SOCIEDADES COLIGADAS 353
1. Tipicidade das sociedades coligadas 353
2. Sociedades em relação de simples participação 356
3. Sociedades em relação de participações recíprocas 357
4. Sociedades em relação de domínio 359
4.1. Definição de relação de domínio 359
4.2. Presunções de domínio 360
4.3. Instrumentos de influência dominante 361
4.4. Consequências jurídicas 362
5. Sociedades em relação de grupo 364
5.1. Diversidade de fontes de relações de grupo 364
5.2. Grupos constituídos por contrato de subordinação 366
5.3. Grupos constituídos por contrato de grupo paritário 367
5.4. Grupos constituídos por domínio total 369
6. Efeitos do contrato de subordinação 371
6.1. Generalidades 371
6.2. Poder de direção da sociedade diretora e da sociedade dominante 371
6.3. Responsabilidade da sociedade diretora para com os credores da sociedade subordinada 374
6.4. Responsabilidade da sociedade dominante por perdas da sociedade dominada 374
6.5. Deveres e responsabilidades dos administradores 375
7. Sociedades *holding* e grupos de sociedades 377

CAPÍTULO X
DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE 379
1. Dissolução da sociedade 379
1.1. Generalidades e distinções necessárias 379

1.2. Dissolução imediata da sociedade 382
1.3. Causas de dissolução administrativa ou por deliberação dos sócios 385
1.4. Causas de dissolução administrativa oficiosa 388
1.5. Forma e registo da dissolução 390
2. Regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais 391
3. Liquidação da sociedade 393
3.1. Noção de liquidação 393
3.2. Modalidades de liquidação 394
3.3. Liquidatários 394
3.4. A partilha do ativo restante e entrega dos bens partilhados 397
3.5. Encerramento da liquidação e extinção da sociedade 399
3.6. Passivo superveniente 399

BIBLIOGRAFIA 401

APRESENTAÇÃO

Submete-se à apreciação do público parte do relatório avaliado em provas de agregação em direito, prestadas na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em setembro de 2021, perante o Júri presidido pelo Senhor Vice-Reitor, Professor Doutor José Manuel Pereira Dias de Castro Lopes, e integrado pelos Senhores Professores Doutores Jorge Manuel Coutinho de Abreu, Pedro Romano Martinez, Pedro Pais de Vasconcelos, Luís Couto Gonçalves, Rui Pinto Duarte, Luís Miguel Delgado Paredes Pestana de Vasconcelos e Manuel António de Castro Portugal Carneiro da Frada.

Nesta circunstância renovo o agradecimento aos Membros do Júri por me terem prestigiado com o seu juízo académico exigente. É devida homenagem pública ao Senhor Doutor Jorge Manuel Coutinho de Abreu que aceitou assumir a arguição do relatório sobre direito das sociedades.

O presente estudo centra-se nos problemas fundamentais do ciclo de vida das sociedades, dialogando jurídico-normativamente com a regulação da Parte Geral do Código das Sociedades Comerciais. A este núcleo temático que vai desde a constituição da sociedade comercial e civil em forma comercial até ao encerramento da liquidação acrescenta-se, ainda, o capítulo dedicado às relações de coligação entre sociedades. Certamente que este é um tema que não é regulado na Parte Geral do Código das Sociedades e, além disso, reveste natureza especial ou mesmo excecional. Justifica-se a inclusão deste capítulo no presente estudo porque verdadeiramente não se conhece uma economia de mercado e os seus agentes se não se perceber como funcionam as relações de coligação intersocietária.

As provas de agregação, mais do que um ponto de chegada, são a renovação do compromisso com a arte de ensinar e a tarefa de investigar. O presente estudo resulta de maturado trabalho de investigação, posto, agora, ao serviço da aprendizagem do direito das sociedades num mundo em mudança.